

ANFIP e RFB debatem ações do fisco durante a pandemia de covid-19



O subsecretário-geral da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), Decio Rui Piarissini, e o subsecretário de Tributação e Contencioso do órgão, Sandro de Vargas Serpa, convidados da Live – Série ANFIP transmitida na quarta-feira (20/5) pela internet, prestaram esclarecimentos de extrema importância tanto para os Auditores Fiscais quanto para os cidadãos de maneira geral.

Pela ANFIP, participaram o presidente Décio Bruno Lopes e os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo) e Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), com mediação do jornalista Sérgio Lerrer.

Décio Lopes fez a abertura do debate virtual e anunciou: “O nosso objetivo hoje é passar a todos o que a Receita, enquanto órgão essencial à atividade do Estado, está fazendo nesse período de pandemia. Nesses tempos de recolhimento social, dá-se a impressão de que as atividades do serviço público estão paradas. Os órgãos do poder público não param e não podem parar. A Receita também não pode parar, haja vista sua essencialidade para a arrecadação e fiscalização, além de trazer os recursos necessários para o funcionamento do Estado”.

O presidente ressaltou ainda que os atendimentos aos contribuintes continuam

sendo oferecidos pela RFB. “Os Auditores Fiscais e os demais servidores da Receita estão em plena atividade para que o contribuinte seja atendido, seja a distância, via internet, ou presencialmente, na medida do possível”, explicou Décio Lopes.

Márcio Gheller, ressaltou que, neste momento, “é muito importante que nós, autoridades, nos reunamos e passemos alguns esclarecimentos aos nossos associados. São tempos difíceis e de perplexidade, mas nós, da Receita, precisamos levar esses esclarecimentos aos servidores que estão, valorosamente, na linha de frente da RFB”.

Continua na Próxima Página

Carreiras de Estado avaliam próximas ações

Página 3

Frente do Servidor prepara estratégias

Página 4

Passo a passo para acessar seu cartão Unimed

Página 5

Para Eucélia Mergár, também é oportuno na atual situação cobrar ações da Receita Federal em prol dos contribuintes e dos servidores em tempos de pandemia. “É um período que nunca foi vivenciado por nós. Não é possível tratar nesse momento sobre todos os temas de interesse, mas queremos saber sobre teletrabalho, inclusão e condições de trabalho, treinamentos, retorno ao trabalho presencial, contribuições previdenciárias, mudanças no e-Social e GFIP, reposição da força de trabalho e outros temas principais que interessam a fiscalização”, destacou.

Esclarecimentos da RFB

O subsecretário-geral Decio Rui Pialarissi elencou três temas para tratar durante o debate on-line: medidas legais, Aduana – repressão, contrabando e descaminho – e atendimento da RFB. “São as áreas mais demandadas, inclusive, presencialmente, neste momento de pandemia. A área de fiscalização e tributos internos, de administração do crédito tributário, podem ser feitas, sem maiores problemas, a distância”.

Para dar o tom de como a RFB vem atuando, desde o começo da pandemia, segundo Decio Pialarissi, foi enviado um e-mail a todos os servidores do órgão, no dia 23/3, que, basicamente, mostra como se daria o atendimento nos próximos períodos. “O momento, e os próximos meses, é de priorizar os cuidados com a saúde e com nossas vidas, bem como de nossos familiares. Essa pandemia vai passar e nós precisamos estar juntos e bem para apoiar a reconstituição do nosso país”, destaca o documento.

“Vai ser uma reconstituição difícil, já prevendo um déficit de R\$ 600 milhões. Obviamente que a RFB será o órgão responsável por buscar a maioria desses recursos ao longo dos anos”, disse o subsecretário-geral.

Ele explicou que, quando o governo liberou portarias permitindo o trabalho remoto, veio o choque de ser atividade essencial de Estado: “Se somos considerados atividade essencial de Estado, não podemos nos furtar de todo mundo e ir para casa. De fato, a Receita não parou em nenhum momento. Somente em abril, foram mais de 18,8 milhões de atendimentos. Entre eles, foram 292 mil atendimentos presenciais. Obviamente, desde o começo, esse atendimento presencial é de forma extremamente cuidadosa”, frisou.

De acordo com Pialarissi, a RFB tem trabalhado de forma extremamente árdua para viabilizar que os cidadãos tenham seus atendimentos, bem como as empresas tenham a possibilidade de viver mais além dessa pandemia. “A preocupação é com a nossa vida e dos cidadãos, mas também com a vida das empresas, assim como a preocupação com a economia”. Para ele, “a RFB é o órgão mais bem preparado para tratar dessa pandemia, por que antes, mais de 90% de todos os nossos atendimentos já eram feitos a distância. E depois disso, nós aumentamos bastante o atendimento aos contribuintes”.

Em relação à área aduaneira, o subsecretário disse que esse setor do órgão não parou hora nenhuma: “Se parasse, como nós poderíamos receber, em tempo recorde, essa quantidade de respiradores, luvas, medicamentos, de produtos voltados aos hospitais, aos médicos, aos enfermeiros. Há vários casos de mercadorias que são liberadas em duas horas, pois duas horas pode significar a diferença entre vida e morte para muita gente”.

Ele reconheceu o esforço desses servidores “extremamente responsáveis, que, de certa forma, também colocam suas vidas em risco,

para atender a milhões de brasileiros, a milhares que nesse momento estão contaminados e outros tantos que virão a ser contaminados ainda”.

Sobre o contrabando e descaminho, lembrou que o crime não para e tem a necessidade da contínua atuação dos Auditores Fiscais.

Novos desafios

Já o subsecretário de Tributação e Contencioso, Sandro de Vargas Serpa, ao comentar os desafios dos atendimentos durante a pandemia, ressaltou que “é uma situação nova, não só para a Receita, como para todo o país”. Ele disse que a Receita teve que responder rapidamente às novas necessidades, colocando em prática muitos projetos tecnológicos para atendimento remoto que ainda estavam sendo estudados.

Sandro Serpa também destacou que vários atos normativos foram publicados para viabilizar e melhorar o atendimento ao público. “Em um primeiro momento, tivemos a preocupação com as [vidas das] pessoas, proteção dos colegas que trabalham com o atendimento, criação de novas formas de atendimento virtuais, e, logo depois, já se passou para essa preocupação com a economia, nessa linha de proteger a economia”.

Ele adiantou que outras medidas estão sendo gestadas, “sempre com esse foco: a vida humana, que é o mais importante e é o que todos nós nos preocupamos, e também a questão da economia, que é importante para todos nós, pois precisamos que nosso país continue bem e com a economia se recuperando”.

Durante a live, os subsecretários da RFB responderam a várias perguntas enviadas pelos internautas. Se você perdeu a entrevista ou desejar rever, entre em nossos canais e confira: site, YouTube e Facebook.

Expediente Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907

Telefone: (61) 3251.8100

Whatsapp: (61) 98289.5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões expressadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIO
Manina Rodrigues
Thayná Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Aguzzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

Entidades avaliam ações em defesa das carreiras de Estado

As entidades que integram o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), entre elas a ANFIP, avaliaram na terça-feira (19/5), em reunião extraordinária, medidas judiciais imprescindíveis para a defesa dos direitos dos servidores públicos, especialmente das carreiras representadas pelo Fórum.

As assessorias jurídicas apresentaram suas contribuições sobre a EC 103/2019, da reforma da Previdência; medidas em relação às ofensas do ministro da Economia ao funcionalismo; avaliação quanto ao retorno antecipado às atividades presenciais das carreiras; alteração dos critérios de cálculo da pensão por morte na Funpresp; e sobre o pagamento de precatórios.

Previdência - O presidente Décio Bruno Lopes ressaltou, em relação à EC 103/19, que a ANFIP buscou o controle de constitucionalidade concentrado no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando as alíquotas progressivas, a questão atuarial e em relação ao confisco. Porém, o ministro Luís Roberto Barroso, na segunda-feira (18/5), negou liminar à ADI da ANFIP e de outras entidades, alegando que, como não foi verificada, em princípio, a inconstitucionalidade desses dispositivos, eles devem ser considerados “válidos, vigentes e eficazes” até que o STF examine definitivamente a questão, para evitar decisões judiciais discrepantes em outras instâncias do Judiciário.

Com a decisão, Décio Lopes considera importante avaliar se agora é o momento de impetrar ações ordinárias, uma vez que o tema recairá necessariamente para a decisão do Supremo. “Penso que ação ordinária a respeito da discussão da emenda constitucional fica como fato vencido. Tudo vai acabar sendo decidido pelo Supremo”, destacou. A Entidade também impetrou mandados de segurança sobre o assunto.

O advogado Felipe Vieira Teixeira, do Farág Advogados Associados, enfatizou que, neste momento, é importante retirar de pauta qualquer julgamento virtual sobre o assunto. “Temos que fazer um trabalho conjunto, cada um buscando suas afinidades. Entendemos que agora não é o momento de plenário virtual. Não temos instrumento de diálogo com assessores e gabinetes para aprimorar o debate”, avaliou.

Precatórios – Sobre os precatórios, as entidades decidiram contatar os parlamentares para mostrar a urgência



do encaminhamento do PLN 8/2020, que trata de questões orçamentárias. “No trabalho parlamentar, é preciso reforçar a necessidade de acelerar a tramitação do projeto, uma vez que os recursos já estão no orçamento de 2020”, frisou o presidente do Fórum, Rudinei Marques.

Atividade presencial – Sobre a determinação de algumas pastas de solicitar o retorno presencial de servidores, o Fonacate encaminhou que as entidades deverão notificar os titulares dos Ministérios, reforçando que o país está próximo do pico da contaminação pela Covid-19 e que, sem as medidas de segurança por parte da administração pública, o retorno presencial se torna inviável, sendo necessário manter o trabalho remoto. “O Fonacate é contrário neste momento. Quando houver o retorno, os órgãos devem estar adaptados, inclusive fornecendo equipamentos de segurança. Os servidores podem se contaminar e serem vetores de contaminação. O retorno deve ser feito com segurança”, ressaltou Marques.

Funpresp – Quanto às alterações nos regimentos e critérios de cálculo do plano de previdência complementar dos servidores públicos, que exclui o aporte inicial no caso de aposentadoria especial, o que pode causar desequilíbrio para algumas categorias, e as mudanças nas regras de cálculo nas aposentadorias por invalidez e pensão por morte, o Fonacate avaliou que isso demonstra, neste momento, insensibilidade por parte da Funpresp (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público). Como o assunto é recente, as entidades reunirão informações para aprofundamento em um próximo encontro.

Décio Lopes destacou, entretanto, que qualquer mudança passa pela análise

da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e que, sendo prejudicial, podem não ser aprovadas. O presidente disse ainda que é preciso verificar se as mudanças valem para quem já está no plano ou seria para quem entrasse após a aprovação. “A principal discussão é essa. Se for para todo mundo é uma quebra de contrato. Se for para os futuros, aí sim, quem entrar já sabe as regras do jogo”, afirmou.

A advogada Thais Riedel, que atua na área previdenciária, sugeriu a análise conjunta do tema, mas adiantou que jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça autoriza mudanças posteriores. “A Previdência privada tem características específicas. Sugiro que a gente faça uma análise detalhada, já que é um assunto que agrada uns e desagrade outros, então é um tema delicado”, destacou.

Ofensas ao funcionalismo – A conclusão unânime das entidades do Fórum é que não cabem mais notas de repúdio em relação às falas do ministro da Economia contra os servidores públicos. Nesse sentido, o Fonacate tomará a iniciativa para que haja uma reparação moral quanto a tudo que tem sido dito. O vice-presidente de Política de Classe e Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, explicou que a Entidade, por decisão do Conselho Executivo, optou por fazer uma interpelação extrajudicial para que o ministro se posicione quanto à gravidade de suas falas. “A interpelação serve como prova de futuras ações mais incisivas”, frisou.

Pela ANFIP, participaram ainda da reunião a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

ANFIP e Frente Parlamentar definem estratégias para proteger direito de servidores



A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público realizou, no dia 18/5, sua 8ª Reunião de Trabalho, de forma virtual, mantendo o foco na estratégia de defesa do conjunto do funcionalismo, avaliando a atual conjuntura política e respeitando os regramentos científicos no enfrentamento da pandemia. O presidente Décio Bruno Lopes, o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, que coordenou a reunião, representaram a ANFIP na teleconferência.

Abrendo a reunião, a senadora Zenaide Maia (Pros-RN) enfatizou a necessidade de forte atuação para a derrubada do PLP 39/2020, que, dentre as propostas, congela os salários dos servidores. “Essa história de Estado mínimo é o mínimo para o Sistema Único de Saúde (SUS) e o povo morrendo. Estão punindo os servidores públicos de todas as formas. A gente não vai abrir mão de ajudar os estados e municípios, mas não às custas do funcionalismo”.

Em sequência, o senador Paulo Paim (PT-RS) propôs que os debates da Frente sejam ampliados nas 27 unidades da Federação de modo a atingir o maior número possível de servidores públicos e parcela significativa da sociedade. “Entendo que os servidores nunca estiveram tão perto da sociedade e precisam aproveitar o momento para ampliar esse apoio. São eles que estão na linha de frente, atravessando momentos difíceis, salvando vidas e merecem respeito”.

A deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA) contribuiu com o debate

apontando que “os direitos trabalhistas e administrativos têm sofrido ataques em plena pandemia, e isso é muito preocupante. Precisamos de um ‘plano dos servidores’ para defender o Estado Democrático de Direito com apoio das entidades e das bancadas”.

Em sua manifestação, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, ressaltou a preocupação com a crise. “Estávamos certos em defender a Seguridade Social, se não fosse isto o Estado brasileiro estaria muito pior. Em outro aspecto, cabe criticar também o fim do voto de qualidade no Carf, onde quem perde é a administração tributária que deixa de arrecadar recursos em um momento de calamidade pública”. Décio Lopes também frisou que a aprovação do PLP 39/2020 é preocupante. “Vai trazer um congelamento ainda maior, pois estamos há mais de três anos sem aumento. Dentro do âmbito fiscal, posso falar que uma série de unidades estão à beira de serem fechadas por falta de servidores, pela inexistência de concurso público. O servidor público não é o problema do Estado, é a solução”.

Em concordância, o assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Romero, reforçou a regionalização dos debates. “Ademais, precisamos pressionar os parlamentares. Existe uma série de temas tratados no Congresso Nacional que nós não estamos atuando devido à pandemia. É necessária nova estratégia para mostrar a nossa força e atuação. O servidor público é e sempre será um agente de Estado, não de governos ocasionais. Na atual pandemia, a tragédia seria maior sem o serviço público”. Romero também lembrou aos participantes

as 10 medidas tributárias emergenciais apresentadas pelas entidades representativas das carreiras do fisco, algumas já transformadas em projetos legislativos.

Já o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Ferreira, conclamou a medidas práticas por parte da Frente, assim como a ANFIP teve em relação à Instrução Normativa 28, do Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. “A Entidade, de imediato, entrou com mandado de segurança pleiteando que os trabalhadores possam alterar as suas férias uma vez que não vão usufruir delas em época de pandemia”.

Campanha pela valorização do serviço público e servidores – A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público também lançou campanha nas mídias sociais que consiste em um conjunto de depoimentos que expressam a opinião de parlamentares, lideranças sindicais, alguns cidadãos, servidores públicos e especialistas em diversas áreas. As falas reforçam a necessidade de fortalecer e valorizar o serviço público, que atende a maioria da população brasileira e faz a máquina pública funcionar.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participa dessa campanha abordando o impacto da reforma Administrativa. “Se a reforma Administrativa for aprovada no Congresso Nacional ela estará significando perda não só para o servidor, mas também para o Estado, pois ela prevê menor prestação de serviços públicos em todas as áreas”.

Contribuindo com a iniciativa, o assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, enfatiza o papel do servidor ao longo da história. “O servidor público é e sempre será um agente de Estado, não de governos ocasionais! Na atual pandemia, a tragédia seria maior sem o serviço público”.

A Frente Parlamentar, que atua desde 2007, funciona atualmente sob a coordenação dos deputados Alice Portugal (PCdoB/BA) e Danilo Cabral (PSB/PE) e dos senadores Paulo Paim (PT/RS) e Zenaide Maia (PROS-RN). Participe também!

ANFIP participa de webinar da Conacate

Para analisar e debater a atual conjuntura nacional frente à pandemia de Covid-19, a Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate) realizou webinar com o economista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luiz Gonzaga Beluzzo, na quarta-feira (20/5).

Em sua explanação, o especialista avaliou que o momento pede a implementação de centralidade política monetária e depois de política fiscal para tratar a economia do país. “Houve uma grave ruptura no circuito monetário com drástica consequência na alta taxa de desemprego, são muitos os reflexos da crise”.

Para Luiz Beluzzo, sem uma atuação incisiva do Banco Central e do Tesouro Nacional será difícil proteger o funcionamento do intercâmbio monetário e de mercadorias, além dos ativos que estão nos balanços das instituições financeiras. “O Estado precisa intervir, pois o sistema só tem continuidade a partir de uma boa gestão da moeda”.



Acompanhando o seminário, o assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, destacou que as reflexões são fundamentais nesta crise econômica para um posicionamento equilibrado de todos os setores. “A economia mundial sofreu um baque de maiores proporções com a crise sanitária. A preocupação dos povos agora é com a retomada da normalidade, se existir isto, e com a manutenção das vidas”. Romero também ponderou que o “Estado mínimo defendido por

muitos é incompetente para atender e mitigar tamanha desigualdade social, em especial no Brasil, na América Latina e na África”.

O webinar foi mediado pelo presidente da Conacate, Antônio Carlos Fernandes, e pelo vice-presidente Amauri Perusso, com a participação de representantes de diversas entidades e federações com vistas ao movimento sindical analisar e compreender melhor os fatos para o resgate econômico do Brasil.

BENEFÍCIOS

Emita ou acesse seu cartão Unimed Vitória pela internet

Os associados da ANFIP e conveniados do plano de saúde Unimed Vitória que perderam ou estão com os cartões vencidos, não necessitam sair de suas casas para solucionar os problemas de sistema. Para facilitar a rotina médica e preservar a saúde dos envolvidos, a cooperativa volta a dar orientações sobre o uso do cartão virtual por meio de download do aplicativo Unimed Vitória, disponível para Android e IOS.

O cartão virtual permite a realização de consultas ou exames sem a necessidade de ter o cartão físico em mãos. Além disso, com o app, o cliente pode atualizar seus dados, acompanhar os pedidos de autorização, ter acesso ao Guia Médico e ficar por dentro de todas as novidades, podendo

interagir e se comunicar diretamente com a cooperativa. O funcionamento se dá por meio de senha eletrônica de autenticação, conferindo segurança e praticidade aos usuários.

Para ter acesso ao cartão virtual, é preciso baixar o aplicativo, gratuitamente, em seu smartphone. Confira as instruções:

1º Passo - Baixe o aplicativo Unimed Vitória Cliente na Play Store ou Apple Store (de acordo com o software do seu celular);

2º Passo – Ao abrir o app, em “beneficiário”, insira seu CPF ou número do cartão;

3º Passo - Caso não tenha ou tenha esquecido a senha, crie sua senha, e clique em ENTRAR;



4º Passo - Selecione seu nome - Vigência 2022;

5º Passo - Selecione CARTÃO UNIMED - Frente e Verso;

6º Passo - QRCode/Token gerado com sucesso - apresente este token no atendimento (Pronto Socorro, Clínicas e Laboratórios).

Em caso de dúvidas, escolha a melhor forma de contato: www.unimed.coop.br/web/vitoria/fale-conosco.

Associado, conheça os melhores restaurantes com descontos da sua região

O ANFIP Tem+Vantagens está com descontos exclusivos para os associados

usarem em restaurantes e aplicativos de entrega de todo o país. Acesse o site

anfip.temvantagens.com.br e garanta as melhores promoções de acordo com a sua região!

Live – Série ANFIP aborda os efeitos da reforma da Previdência



A Live – Série ANFIP da próxima quarta-feira (27/5) coloca em pauta “Os efeitos da Reforma da Previdência na vida dos trabalhadores”. O debate será às 10 horas, com transmissão na página da ANFIP no [Facebook](#) e no [Youtube](#).

Mediado pelo jornalista Sérgio Lerrer, da Agência Servidor, a live reúne o senador Major Olímpio (PSL/SP) e o consultor legislativo do Senado Federal Luiz Alberto dos Santos. Pela ANFIP, participam o presidente Décio Bruno Lopes e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero. Esta edição também contará com a participação da presidente da Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social e Tributação, Margarida Lopes de Araújo. Acesse! Comente! Compartilhe!

FIXAS

Espaço para Histórias Fiscais tem conto novo toda semana

Para resgatar a memória cultura da Entidade, publicamos semanalmente Histórias Fiscais reunidas, originariamente, em duas publicações lançadas na década de 1990: “Fiscalização Previdenciária – Uma viagem através do tempo”,

com 143 contos escritos por colegas de todo país, resultado do I Concurso Nacional de Histórias Fiscais, lançado em 1991, e o Histórias Fiscais II, de 1994, com 109 contos narrando passagens e experiências vividas no dia-a-dia da fiscalização, resultado de

concurso realizado em 1993.

Confira na editoria Histórias Fiscais, em www.anfip.org.br, os contos de nossas publicações. Conheça também a história da qual você faz parte! Boa Leitura!

Podcast ANFIP apresenta informações em áudio

Confira no Podcast ANFIP, tanto na página da Entidade na internet quanto no Soundcloud, os principais debates promovidos pela ANFIP nas

redes sociais. As lives da Série ANFIP também podem ser conferidas em áudio. Ouça! Compartilhe!

Como acessar: digite [soundcloud.com](https://soundcloud.com/anfip)

e, em busca, digitar ANFIP. O canal da Entidade é o primeiro da lista. Basta seguir nosso canal e conferir os áudios disponíveis.